

**AS LIGAS CAMPONESAS DO PCB: A TRAJETÓRIA DE UM DEBATE (1926-1945)**

***LAS LIGAS CAMPESINAS DEL PCB: LA TRAYECTORIA DE UN DEBATE (1926-1945)***

***THE PEASANT LEAGUES OF THE PCB: THE TRAJECTORY OF A DEBATE (1926-1945)***

Leonardo Soares dos SANTOS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata das primeiras discussões e registros a respeito das Ligas nas reflexões que o Partido desenvolvia em torno da Questão Agrária, destacando a importância da análise dos eventos internacionais referentes a essa temática por parte dos comunistas. É na segunda metade dos anos 1920 que surge o debate em torno do termo Liga Camponesa como forma de organização de trabalhadores do meio rural. E esse debate seguiria pelos anos 1930, com as organizações pensadas como instrumentos de mobilização e organização de “camponeses” com o claro intuito de efetivar uma insurreição armada visando a tomada de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ligas Camponesas. PCB. Questão agrária.

**RESUMEN:** Este artículo trata de las primeras discusiones y registros sobre las Ligas en las reflexiones que el Partido desarrolló en torno a la Cuestión Agraria, destacando la importancia del análisis de los acontecimientos internacionales sobre esta cuestión por parte de los comunistas. Fue en la segunda mitad de la década de 1920 cuando surgió el debate en torno al término Liga Campesina como forma de organización de los trabajadores rurales. Y este debate continuaría a lo largo de la década de 1930, con organizaciones concebidas como instrumentos de movilización y organización de "campesinos" con la clara intención de llevar a cabo una insurrección armada para tomar el poder.

**PALABRAS CLAVE:** Ligas Campesinas. PCB. Cuestión agraria.

**ABSTRACT:** This article deals with the first discussions and records about the Leagues in the reflections that the Party developed around the Agrarian Issue, highlighting the importance of the analysis of international events related to this theme by the communists. It was in the second half of the 1920s that the debate around the term Peasant League arose as a form of organization of rural workers. And this debate would continue throughout the 1930s, with organizations conceived as instruments of mobilization and organization of "peasants" with the clear intention of carrying out an armed insurrection to seize power.

**KEYWORDS:** Peasant Leagues. PCB. Agrarian issue.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Goytacazes – RJ – Brasil. Professor Doutor do Departamento de História. Doutorado em História (UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5798-8123>. E-mail: leossga@gmail.com

É interessante notar que o debate sobre as questões do movimento camponês – e consequentemente o tema Ligas Camponesas – que é travado no PCB durante as suas duas primeiras décadas de existência, acompanhou com extrema perfeição as oscilações e contradições provocadas por uma dupla relação de tensão, a qual continuaria fazendo parte integrante da vida do Partido por várias décadas adiantes, mas que nesse período possuía contornos bem mais agudos, que em certas ocasiões pareciam conduzir o Partido ao desaparecimento: de um lado, a pouco democrática relação do PCB com a Internacional Comunista; do outro, o sempre incandescente jogo de disputas entre grupos no seu interior. Vejamos então como isso se deu nas décadas de 1920 e 1930.

Utilizamos para a reconstituição desse debate os testemunhos de época presentes em periódicos como o *1º de Maio*, *La Correspondencia Sudamericana*, *Marcha*, *A Classe Operária*, *A Nação*, *Boletim do Secretariado Sul-americano da IC*, *O Lutador* e *Boletim Interno do Secretariado Nacional do PCB*. Tais fontes foram consultadas junto ao acervo presente no Fundo Documental “Internacional Comunista”, organizado e custodiado pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP.

A “Questão Camponesa” não parecia, no início da década de 1920, ser algo que preocupasse efetivamente os homens que se autoproclamavam “seguidores” da Revolução Russa, ao contrário do que acontecia com comunistas de outros países, como Argentina, Colômbia, Itália, China e outros. Muito embora seu Comitê Central considerasse, numa de suas resoluções aprovadas em fins de dezembro de 1926, ser importante “exercer influência sobre as organizações de arrendatários pobres, pequenos lavradores, funcionários de baixa categoria, empregados inferiores e pescadores [...]” (CARONE, 1982, p. 49).

As resoluções eram genéricas, o que não deixava de ser sintomático da estrutura precária da agremiação, a impedir uma maior difusão das propostas e princípios políticos junto à população, em especial das áreas interioranas e periféricas. Note-se que os meios de transporte do país, igualmente precários, tornava qualquer trabalho de militância. O que era agravado pela brutal repressão policial contra os comunistas de então.

Diante de tantos impedimentos, não restava muita alternativa aos integrantes do Partido a não ser reproduzir as fórmulas e esquemas da Internacional Comunista. Numa ocasião como essa, o órgão *1º de Maio*, publicação do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional, ligado ao PCB, publicaria um editorial exatamente no dia do Trabalho. Nele, a agremiação apresentava várias propostas (“reivindicações e palavras de ordem”) para algumas das principais questões sociais do país. No tocante às classes sociais dos “campos”,

os comunistas identificavam a existência de três categorias: o “operário agrícola (jornaleiro, assalariado, ambulante)”, o “pequeno lavrador sem terras (rendeiro ou arrendatário, meeiro, terceiro)”, e “o pequeno proprietário que não vive do trabalho alheio” (*1º de Maio*, 01/05/1926, p. 1). Com base nessa distinção, continuava o programa, o Partido estabelecia uma forma de organização específica para cada categoria: para os operários agrícolas, a forma prioritária seria a dos “syndicatos”. Já para o pequeno lavrador, as “reivindicações orgânicas” consistiam no “desenvolvimento das Ligas de pequenos lavradores” e “adesão à Internacional dos Camponeses” (Idem).

E foi a partir das diretrizes estabelecidas pela Internacional Comunista (IC) que os comunistas brasileiros passariam a cuidar com mais atenção dos problemas da “pobre gente do campo”. E para tanto seria criado o Bloco Operário Camponês (BOC), que em 1927, substituiria o Bloco Operário (BO).

Tal interesse se dava num contexto conflagrado. Tendo como palavra de ordem fundamental “A terra a quem nela trabalha”, o III Congresso Nacional realizado no final de 1928, encarregava o Comitê Central então eleito “da tarefa de realizar um estudo mais profundo e detalhado sobre esta questão”, devendo criar para tal fim uma “comissão especial” (SANTOS, 1996, p. 39). No evento também seriam aprovadas “consignas provisórias”, de “aplicação geral”, tais como: salário de acordo com o custo de vida; cooperativas de produção e de consumo, e fornecimento de matérias-primas isentas de impostos; combate enérgico e decisivo às reminiscências da escravidão; saneamento das zonas insalubres; instrução primária e obrigatória, com construção de prédios adequados; diminuição dos impostos dos veículos que “servem a lavoura”, assim como a supressão do imposto que proíbe o livre-comércio de seus produtos; residências higiênicas e confortáveis; fornecimento de instrumentos; diminuição das horas de trabalho; ampla liberdade de associação, de palavra, de imprensa, etc; união com os “trabalhadores da indústria” na luta contra os “imperialismos opressores”; ajuda contra as pragas de insetos; liberdade de voto, direito a candidatos próprios, organização de “outros” Blocos Operários e Camponeses.

Também seriam discutidas e aprovadas “consignas” que procuravam dar conta das especificidades socioeconômicas (regimes de propriedade, formas de trabalho, etc.) de cada região do país. Na região Sudeste, por exemplo, onde era maior a concentração dos “trabalhadores rurais” - e sobressaindo entre eles aqueles envolvidos com a produção de café – o Partido propugnava medidas como “remuneração dos colonos igual à dos assalariados comuns” e “expulsão dos administradores fiscais prepotentes”. Medidas específicas também foram propostas para o Norte e “Extremo-Norte” (“verdadeiros feudos”

no dizer dos comunistas), Nordeste (onde “ainda perdura[va] a escravidão dos trabalhadores”) e para um território que compreendia Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e norte de Minas. Como parte da tentativa de estabelecer um programa que abarcasse as especificidades entre essas várias regiões, os comunistas assinalariam as três categorias que no seu entender comporiam a “classe dos camponeses”, a saber: os “assalariados” ou “operários agrícolas”, os “colonos” e os “peões”. O curioso é que este documento fazia pouca alusão às categorias de trabalhadores não-assalariados e a possíveis formas de organização, o que, em certa medida, contrariava as determinações do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC). Este, desde a primeira metade de 1928, defendia a tese de que o proletariado e “seu partido” deviam “em primeiro lugar, unir-se estreitamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas como uma fonte para organizar os camponeses pobres, os arrendatários, os colonos, em Ligas Camponesas orientadas para a política do Krestintern [abreviação, em russo, da Internacional Camponesa]”.<sup>2</sup>

O que é de certa forma intrigante, já que havia em andamento ações concretas do próprio PCB em algumas regiões do interior do país junto a setores não assalariados por volta de 1928, com o fito de arregimentá-las em “organizações camponesas”. Segundo nos informa Ronald Chilcote, as primeiras seriam denominadas de Ligas Camponesas, conforme propunha o próprio Partido já há algum tempo. Militantes comunistas teriam organizado uma no interior do estado de São Paulo, nas zonas de Sertãozinho e Ribeirão Preto. Os trabalhadores rurais ali reunidos teriam ainda, “sob a liderança de Teotônio de Souza Lima”, realizado “passeatas de protesto nas grandes plantações cafeeiras” (CHILCOTE, 1982, p. 231). Há também informações desse mesmo ano que dão conta que, além de São Paulo, havia um trabalho de organização de “pequenos lavradores” do Rio de Janeiro (Distrito Federal) e que os Comitês Regionais de Pernambuco e Rio Grande do Sul também já estavam destacando “camaradas para esse trabalho” de atuação no campo (*La Correspondencia Sudamericana*, 30/09/1928, p. 14). Em abril desse ano o jornal *A Nação*, já sob grande influência do PCB – noticiava a tentativa da “vanguarda dos pequenos lavradores” de Campo Grande em constituir uma “Sociedade Beneficente e Agrícola dos Lavradores Unidos”. Sua primeira iniciativa seria enviar um memorial ao prefeito da cidade, com “reivindicações urgentes dos lavradores locais”: “construção de um novo mercado, concerto dos caminhos intransitáveis, combate às formigas; trânsito e venda livre dos productos da lavoura e várias outras providencias que venham desafogar um pouco a

<sup>2</sup> Essa é uma tese que aparece com força por ocasião do VI Congresso Internacional Comunista, em 1 de setembro de 1928.

situação dos lavradores” (*A Nação*, 1927 [provavelmente mês de abril], p. 3). Algumas iniciativas em termos organizatórios tomavam corpo nesse momento em que alguns grupos de esquerda, além do PCB, começaram a se insinuar na zona rural da cidade.

A atuação do PCB no campo se sustentava na ação quase solitária e voluntarista de alguns militantes; não era, portanto, fruto de um plano coordenado, elaborado e meticulosamente debatido pelas instâncias do Partido, daí que fosse algo tão descontínuo e fragmentado. O depoimento abaixo de Otavio Brandão sobre as primeiras incursões de militantes do Partido ao meio rural na segunda metade da década de 1920 é bem ilustrativo:

*- Houve o seguinte... Eu me esqueci; Laura é que sabia. Aí no estado do Rio, numa zona, ela sempre ia bater lá - levava não sei quantas horas de viagem -, falar com aqueles camponeses. E houve em Sertãozinho, Ribeirão Preto, naquela zona toda, um camarada, Teotônio de Souza Lima. Uma maravilha. Era um fogueteiro, fabricava foguetes. O homem era uma dedicação extraordinária. Ele leu, por acaso, o jornal A Classe Operária, em 25, e aderiu ao partido. Então ele, fogueteiro, tinha um sindicato em Sertãozinho, estado de São Paulo e organizou esta coisa extraordinária: marcha de verdadeiros camponeses, colonos das fazendas de café, em direção à cidade de Sertãozinho para fraternizar com os operários. Uma coisa extraordinária. A outra coisa foi em Juiz de Fora. Reuni um grupo de operários e fomos aos arredores de Juiz de Fora, uma zona de fazenda de café. Penetramos lá. Fizemos comícios dentro da fazenda de café, e aqueles colonos assinaram um abaixo-assinado ao ministro da Justiça, protestando contra o fechamento do nosso jornal A Classe Operária. Em 1925. Mas essas tentativas tiveram a falha de não serem sistemáticas, metódicas, planejadas. Apenas em Sertãozinho (BRANDÃO, 1993, p. 117).*

Em 1930, o órgão do PCB *Classe Operária* noticiava a ocorrência de um protesto de pequenos lavradores de Niterói contra a cobrança de taxas por parte da municipalidade. Os próprios lavradores locais teriam se mobilizado para discutir medidas que facilitassem a comercialização dos produtos de suas lavouras. Diante do fato, o jornal instava os lavradores niteroienses a se organizarem numa “Liga de Pequenos Lavradores e Camponeses”. Mas a consulta de números posteriores do mesmo jornal não revela qualquer informação ou indício de que tal Liga tenha sido levada adiante ou realmente implementada (*A Classe Operária*, 03/07/1930, p. 03).

No início de 1928, o PCB realizaria uma conferência da “Zona dos Subúrbios” com as células que atuavam na região e destacaria os avanços no trabalho junto aos homens do campo: “A célula Q-R, tem realizado uma obra importante para o partido entre os lavradores do Distrito Federal e Est. do Rio. organizou 2 sindicatos agrícolas e está em vias de organização de mais 5 sindicatos. É bem de ver, um trabalho como este requer grande energia

e capacidade e para isso esta cellula merece elogios pela obra encetada” (*Boletim Mensal Regional do P.C.B.*, 01/02/1928, p. 2).

No tocante a “Questão Camponeza”, o VI Congresso mundial da Internacional Comunista de 1928 era incisivo quanto à necessidade de organizar as massas do campo:

*Ahi a tarefa fundamental é de formar organizações independentes de operarios e de camponezes (o partido comunista como partido de classe do proletariado, sindicatos, ligas e comités de camponezes, soviets nas situações revolucionarias, etc.) e de os tirar da influencia da burguezia nacional, com a qual não são admissiveis accordos temporarios senão na medida em que ella não entrave a organização revolucionaria dos operários e dos camponezes e em que ella combata effétivamente o imperialismo (VI Congresso da Internacional Comunista, 01/09/1928, p. 54).*

Tal fato seria ratificado na I Conferência Comunista da América Latina de 1929, que reuniria 14 países e onde teriam boa acolhida as propostas apresentadas pela delegação brasileira, composta por Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim. É preciso que se destaque ao menos dois aspectos dessa I Conferência. Primeiro: ela reafirmava a ideia do papel quase que central da “questão camponesa” no movimento revolucionário dessa região. Como nos anos anteriores, o SSA/IC se apoiava nas teses da própria IC, pelas quais o processo revolucionário no grupo dos países “semicoloniais” e “semifeudais” – grupo a que pertenceria toda a América Latina – seria condicionado pela participação efetiva do “campesinato” como aliado do “proletariado” (urbano). Em função dessa preocupação e da problemática contida na fórmula da luta “antifeudal” e “antiimperialista”, o SSA/IC listava uma série de medidas em relação ao campo que deveriam ser incorporadas pelos programas dos PCs do continente. Na I Conferência, por exemplo, seria indicada como “tarefas imediatas”: luta contra os grandes proprietários, contra as sobrevivências feudais, contra as imposições fiscais, contra as empresas imperialistas que monopolizavam o comércio e exploravam os camponeses, contra toda a “trava” a seu desenvolvimento, pela devolução de terras às comunidades, pela abertura de créditos agrícolas e pela criação de organizações para a distribuição e circulação de seus produtos. Mais adiante seria consagrado um princípio que nortearia a atuação do PCB nas décadas seguintes. Em função de tal princípio acreditava-se que haveria para cada setor dos trabalhadores do campo uma forma de organização “mais adequada”: para os “assalariados agrícolas” recomendava-se a criação de sindicatos. Já para as categorias “não-assalariadas” como “pequenos proprietários”, “posseiros”, “meeiros” e “camponeses” propunha-se o estabelecimento de Ligas Camponesas. Porém – é importante que também se destaque – o

SSA/IC também destacava a necessidade do estabelecimento de “alianças” entre essas duas formas de organização (*La Correspondencia Sudamericana*, agosto de 1929, p. 23).

A IC e seus órgãos continuavam a divulgar em 1930 teses e diagnósticos que já vinham sendo amadurecidos há pelo menos dois anos, como o do papel central da classe camponesas nos movimentos revolucionários do grupo de países coloniais, semicoloniais e dependentes. No seu “Projeto de Teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, por exemplo, a IC afirmava entre outras coisas que das três classes que tomam uma parte ativa no movimento revolucionário na América Latina – “pequena burguesia”, “camponeses” e “proletariado” – “os camponeses pobres e o proletariado agrícola constituíram-se, quase em toda parte, a mola mais possante do movimento revolucionário”. Tal ideia informava explicitamente algumas das diretrizes contidas no projeto de “Resolução da IC sobre a questão brasileira”, a serem adotadas pelo PCB. A comissão da IC encarregada da redação do documento era enfática: “Façam exigências genéricas sobre revolução brasileira, sobretudo luta contra imperialismo, confisco e repartição de terras estatais entre camponeses na base de soviets. Para os camponeses, a palavra de ordem é tomada imediata da propriedade do solo” (WAACK, 1993, p. 30). Mas há significativa mudança no tom das diretrizes: a insistente proposta de criação de soviets e grupos armados de autoproteção levava a considerar o movimento camponês quase que unicamente como um vetor da insurreição armada. Tais diretrizes, transmitidas diretamente pela IC, certamente influíram na mudança verificada na imprensa e nos documentos do PCB em relação à ênfase com que eram divulgadas as propostas de organização dos trabalhadores do campo.

O tom triunfalista passa a preponderar. Num relato publicado no *La Correspondencia Sudamericana*, Reis Sigueira (sic) afiançava que PCB obteve vários avanços na “questão camponesa”. No estado de São Paulo, por exemplo, “o Partido obteve grandes progressos neste terreno; pela primeira vez na história do nosso Partido, se organizaram células nas unidades agrícolas” (*La Correspondencia Sudamericana*, 15/02/1930: 24).

E pela primeira vez no Brasil, se produziam sucessivos movimentos de massas camponesas com caracteres netamente revolucionários. Se produziram movimentos nas “fazendas” no curso dos quais, os trabalhadores se apoderavam das mesmas, impedindo a colheita de café enquanto não receberam seus salários atrasados.

Diferente dos anos anteriores, as menções às Ligas Camponesas passaram a ser mais constantes, mesmo que dissessem mais respeito à intenção de criá-las do que propriamente de Ligas já existentes. Ao mesmo tempo, os pronunciamentos do PCB passam a consagrar a

ideia da insurreição armada como a mais eficaz solução para os problemas do campo. Parece ter sido esse o sentido de uma reportagem de julho de 1930, do jornal comunista Classe Operária, sobre os protestos de “pequenos lavradores dos arredores de Nichteroy [atual Niterói]” contra uma resolução do governo do Estado do Rio, que determinava a cobrança de um “imposto de viação”. “Revoltados”, os “pequenos lavradores” decidiram suspender as vendas de suas mercadorias para o então Distrito Federal e “Nichteroy”. Querendo manifestar a sua solidariedade, o jornal dizia-lhes:

*Companheiros! Organizai-vos em comitês de luta, em conselhos locais e na Liga dos Pequenos Lavradores e Camponeses! “Companheiros! Organizai-vos e armai-vos! Lutai por todos os meios, com todas as armas, em prol dos vossos interesses, na defesa da vossa vida e da vida dos vossos filhos! Lutai com energia e com decisão, expulsando os grandes proprietários e tomando para vós a terra que regais com o suor do vosso rosto (A Classe Operária, 03/07/1930, p. 03).*

Um pleno ampliado do SSA/IC fora marcado para maio de 1930 em Buenos Aires. Logo a seguir, o PCB passaria por uma grande crise. Pode-se dizer que os primeiros três anos da década de 30 foram quase que tomados pelos conflitos internos em torno da linha política de “classe contra classe” adotada desde o afastamento do antigo grupo dirigente em 1930 (DEL ROIO, 1990, p. 101).

Em 1931, o SSA/IC destacava a pobre trabalhado realizado junto aos trabalhadores do campo; “Muitas resoluções têm sido tomadas; muito pouco, porém, tem sido realizado” (*Boletim do Bureau Sul-americano da IC*, 1º/05/1931, 5). E ainda fazia duras críticas aos comunistas brasileiros:

*O Partido Comunista do Brasil combate teoricamente esses caudilhos burgueses e pequeno-burgueses – combate em que comete erros -: mas, as suas palavras de ordem, a sua posição relativamente à questão camponesa e a sua actividade continuam sendo completamente ignoradas pelas massas do campo, porque, como o partido argentino, o brasileiro não tem nenhuma base no campo, e sem essa base todas as considerações sobre o problema agrário, sobre a hegemonia do proletariado nas lutas camponesas e na revolução agrária anti-imperialista, não passam de conversa fiada, sem nenhum conteúdo (A Classe Operária, 03/07/1930, p. 03).*

O plenum do Comitê Central de janeiro de 1932 confirmaria esta linha e a exclusão - algo frequente neste período - de vários militantes identificados com os “desvios de direita” e com o “prestismo” (DEL ROIO, 2002, p. 44). O Partido encontrava-se, além de paralisado, praticamente desmantelado quando a IC nele interviu para reorganizá-lo no final de 1933. E durante essas intervenções, que primeiramente formalizada numa carta dirigida à

direção do PCB no ano de 1930, a IC formularia propostas sobre a atuação do PCB no campo que acabariam vigorando até praticamente a década de 40. E a esse respeito, as formas de organização jogavam um papel fundamental. No entanto, a forma como eram concebidas, sob o prisma da linha insurrecional, faziam com que fossem atribuídas às Ligas Camponesas funções quase que exclusivamente militares. A ideia da necessidade de organização das massas camponesas começava a ficar atrelada, e por isso pouco discernível, da ideia de tomada de poder pela via das armas.

A primeira instrução da IC ao PCB era de que deviam se concentrar em duas “regiões agrárias” específicas - São Paulo e Nordeste, procurando “recrutar militantes nesses distritos, apoiar seu trabalho, distribuir literatura, organizar o movimento”. Ao descrever o “método” por meio do qual tal trabalho teria que ser efetivado, a IC retomava o exemplo chinês como parâmetro a ser seguido. A luta empreendida pelos comunistas chineses contra o Kuomintang se constituía aos olhos dos dirigentes da IC como um verdadeiro modelo insurrecional a ser aplicado nos países semicoloniais. Mas havia um elemento em particular cuja implementação era insistentemente proposta ao PCB: a criação de “comitês de luta camponesa”. Para a IC eram as “melhores organizações para liderar a luta dos camponeses” (WAACK, 1993, p. 55). Isso demonstra que uma das consequências da consolidação do “exemplo” chinês como um paradigma seria justamente reduzir (e confundir) a “questão camponesa” a um problema da constituição de guerrilhas rurais.

O plenum do PCB de 1932 não tinha dúvidas quanto à centralidade do “campo”:

A importância do trabalho no campo é fundamental para o movimento sindical revolucionário no Brasil, dado o caráter predominante agrícola do país. Organizar na base de comitês de fazenda os sindicatos de trabalhadores agrícolas e colonos, assim como ligas camponesas, organizando conferências e, na base destas, criando federações (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1932, p. 33).

A segunda “instrução” exortava o PCB a estabelecer “contatos mais estreitos com o movimento cangaceiro”, devendo ainda “postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil” (WAACK, 1993, p. 55-56).

O plenum do PCB de 1932 não ratificaria tal orientação de forma tão incisiva. Os dirigentes lembravam que a organização das massas do campo era primordial. No item “Reforçar muito a nossa penetração no campo”, o partido assim matizava as orientações da IC:

*Dirigir e organizar as lutas dos assalariados agrícolas e dos camponeses, pondo-os sob a nossa direção e ligando-as à luta do proletariado das cidades. Organizar sindicatos na base de comitês de fazenda de assalariados agrícolas e semi-proletários, por meio de conferências públicas de delegados de fazenda, e através de um plano concreto de reivindicações imediatas. Organizar a frente única de assalariados agrícolas e camponeses mais pobres, para a luta contra os senhores de terras. Apanhar dados exatos sobre o campo afim de servirem de base para a elaboração de um programa agrário do Partido (Plenum do PCB, 1932, p. 54).*

Não obstante as declarações teóricas, os problemas no campo persistiam. Em 1933, o BSA/IC<sup>3</sup> produziria uma carta, dirigida a todos os Partidos Comunistas da América do Sul, intitulada “Por um viraje decisivo en el trabajo campesino”. Incomodava muito o organismo constatar que a atuação comunista no campo não conseguia decolar. E o problema seria originado de uma má formulação teórica:

*A insuficiente preocupação dos Partidos por este problema comprova a debilidade de todo seu trabalho, sendo um reflexo de todos os desvios no terreno ideológico, do enorme sectarismo e de falta de orientação revolucionária de que adoece[m]. [...]*

*O B.S.A. da IC, considera indispensável uma colaboração mais estreita no trabalho camponês entre ele e os Partidos Comunistas da América do Sul. Esta tarefa como nenhuma outra, requer uma concretização dos feitos à luz da teoria e dos ensinamentos leninistas (Carta do BSA/IC, 1933: 2-3).*

Por outro lado, havia a convicção de que a questão agrária ganhava cada vez maior centralidade nos conturbados contextos sociais dos países latino-americanos.

*A tarefa dos Partidos Comunistas consiste, precisamente, sem debilitar no mais mínimo a defesa dos interesses econômicos e políticos dos operários agrícolas e do campesinato pobre – em reunir a maioria do campesinato para a luta econômica e política contra os grandes proprietários e os imperialistas, na forma mais ampla, mais aberta e direta, desmascarando aos feudal-burgueses e a seus agentes social-fascistas que procuram a todo custo separar o operário agrícola do operário da cidade, e o primeiro do camponês pobre e do conjunto do proletariado agrícola e dos camponeses pobres, do resto do campesinato, do campesinato médio em particular (Carta do BSA/IC, 1933: 13-14).*

Ainda em 1933 voltaria ao tema em carta dirigida diretamente ao Comitê Central do PCB. O texto seguia reafirmando a tese da centralidade da questão agrária, ao mesmo tempo, a Komintern (IC) lamentava as debilidades do PCB no tocante a atuação no campo, tanto em termos práticos quanto da leitura teórica sobre a questão:

<sup>3</sup> Bureau Sul-americano da Internacional Comunista (BSSA/IC), como passava a ser chamado o SSA/IC.

*Embora a vitória da revolução democrático-burguesa só seja possível garantindo-se o papel dirigente do proletariado comandado pelos comunistas, o PCB, com relação ao campesinato trabalhador, mesmo tendo obtido recentemente alguns êxitos, principalmente em São Paulo, no trabalho entre o proletariado agrícola, foram êxitos, em primeiro lugar, não consolidados por uma campanha de recrutamento bem sucedida e, em segundo lugar, não aproveitados para adentrar a influência partidária nas amplas camadas do campesinato pobre e médio. O Partido continua a subestimar a importância de uma liderança proletária no movimento camponês e não tem conduzido nenhuma luta real pelas reivindicações parciais do campesinato trabalhador, sequer elaborando uma lista delas. Quase não reagindo diante da luta das massas camponesas que tem se desenvolvido espontaneamente e adquirido, em vários casos, um caráter bastante impetuoso, o Partido, por outro lado, às vezes tem proposto diretivas que superestimam o amadurecimento da situação revolucionária e que, por isso, ficam em suspenso (tais como a da criação de soviets camponeses, proposta em São Paulo no tempo da “guerra civil”) (Carta da Internacional Comunista ao PCB, 1933, 7-8).*

Tendo isso em mente, a Komintern estipulava as seguintes tarefas práticas e organizacionais ao Comitê Central a serem executados junto às classes do meio rural, o que incluía até mesmo “cangaceiros”:

*As tarefas imediatas do Partido nesse âmbito são: a) criar células partidárias nas grandes regiões agrícolas, chamando os melhores e mais conscientes assalariados agrícolas e camponeses pobres e médios que no passado tenham participado ativamente do movimento revolucionário espontâneo dos camponeses; b) mobilizar parte dos quadros ativos urbanos num trabalho permanente no campo; c) realizar um trabalho sistemático nos sindicatos agrícolas já existentes e criar novos sindicatos; d) criar “comitês de luta camponeses” em prol dos interesses imediatos do campesinato pobre e médio e do proletariado agrícola; e) elaborar reivindicações parciais concretas e realizar em sua defesa uma série de ações de massas que passo a passo levem o campesinato a lutar pela apropriação e divisão imediatas dos latifúndios; f) estabelecer ligações com os melhores elementos do movimento dos “cangaceiros” que sejam estreitamente ligados às massas e conquistar a liderança desse movimento (Carta da Internacional Comunista ao PCB, 1933, p. 8).*

Em princípios de 1934, o BSA/IC realizaria uma reunião sobre os problemas da América Meridional centrada na discussão da questão agrária. Ao fim do evento elaboraria um longo documento sobre “A situação dos camponeses no Brasil”, que sublinhava o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução democrático-burguesa no Brasil e insistia em afirmar que o “proletariado agrícola” era o principal aliado da classe operária, mas insistia também que os “pequenos e médios proprietários” deveriam ser atraídos para a luta contra o “feudalismo” e o “imperialismo”. Contudo, apesar de considerar o Brasil como a “China do Ocidente”, o próprio documento reconhecia que a “penetração” do PCB junto ao

“setor camponês” ainda era muito fraca. Uma das razões, segundo o documento, teria sido a subestimação do “potencial revolucionário” do campo e das “revoltas camponesas” (WAACK, 1993, p. 55-56). A outra teria sido a condução imprimida por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão na direção do Partido (DEL ROIO, 2002, p. 107).

A questão agrária voltaria a ser objeto de extensas discussões na III Conferência Comunista da América Latina em outubro do mesmo ano. Entusiasmada com o fato do Brasil poder sediar em breve uma revolução nos moldes da China, a IC elaboraria uma série de instruções a serem implementadas pelos PCB de forma a concretizar tal projeto. A atitude da direção do Partido foi simplesmente incluir, sem nenhum questionamento ou esforço de adequação, as “instruções” da IC em seus documentos políticos. Além disso, a preocupação em cumprir à risca tais “instruções” levou o Partido a considerar os “cangaceiros” como uma espécie de terceiro grupo do setor dos trabalhadores rurais, tão importantes quanto os “camponeses” e “assalariados agrícolas”. Seriam esses três grupos, segundo a Declaração do Comitê Central de agosto de 1934, que deveriam compor os “comitês armados (...) para resistirem aos despejos por falta de pagamento de dívidas e arrendamentos, aos ataques dos capangas e polícias dos fazendeiros e do governo, bem como para garantir a posse de suas terras, tomar e dividir entre si as terras dos grandes proprietários” (CARONE, 1982, p. 152).

Meses depois, em outubro, os delegados brasileiros presentes em Moscou, preocupados em demonstrar esmero no cumprimento das “lições” da IC, centrariam as suas falas exatamente sobre a atuação do PCB no campo. Nos relatos de Miranda - os quais depois do malogro de 1935 ficariam conhecidos pelo sugestivo nome de “informes-baluartes” - era o campo o lugar em que seria evidente essa “situação revolucionária”. E a IC que um ano antes reclamava da falta de pés no chão do PCB quanto à leitura da realidade rural, naquele momento asseverava que:

Em todos os estados do Brasil há camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos, nas fazendas e usinas, que querem pegar em armas. Em todos os estados do Brasil somos expulsos de nossas terras, sítios e roças. Nosso território é imenso e dentro dele há exemplo de Canudos, Contestado, Juazeiro do Padre Cícero, Princesa e milhares de outros lugares, há exemplo da gloriosa Coluna Prestes, sabemos lutar muito bem, nos defender e avançar (VIANNA, 1995, p. 32).

Tal leitura “insurrecional” contribuía para reforçar um tipo de leitura sobre a “Questão Camponesa” que já vinha vigorando desde o início da década de 30 com a expulsão do antigo grupo dirigente: a atuação do Partido no campo deveria se dar exclusivamente em

função da promoção de movimentos insurrecionais com vistas à tomada do poder. O grande problema é que o PCB pouco atuava nesse sentido em termos práticos, resumindo-se a tentar fazer ver, com grande dose de voluntarismo, que as lutas existentes no campo – ao que parece, com quase nenhuma participação do Partido – estariam confirmando a validade e pertinência das diretrizes “sugeridas” pela IC.

Essa ambiguidade (insurreição armada imediata/acumulação de forças) é plenamente reconhecível ao se ler as análises do Partido sobre a “questão camponesa”. Mas é importante que se frise que com o surgimento da ANL, o elemento “camponês” passou a ter, como nunca visto antes, um papel central na estratégia revolucionária dos comunistas brasileiros. As insistentes analogias feitas tanto por pecebistas quanto por representantes da IC entre a ANL e o Kuomintang chinês da década de 20, levavam a que fosse vista como imprescindível “a entrada das mais largas massas camponesas” nas lutas contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo (DEL ROIO, 2003, p. 112). Mas se em termos teóricos o papel a ser desempenhado pelos “camponeses” numa revolução era plenamente reconhecido, na prática, os comunistas brasileiros sabiam que muito ainda tinha que ser feito para a efetiva incorporação daqueles ao processo revolucionário. Num documento de julho de 1935, o Partido exultava o fato de haver rompido com “algumas incompreensões que predominavam no passado” em relação aos “camponeses”. Porém reconhecia que a sua atuação ainda era “muito débil” no campo, o que tornava imperativo a preparação de “quadros de dirigentes e ativistas” para desempenhar esta tarefa. Aparentemente, o Comitê Central se pautava na perspectiva de um trabalho de organização e estruturação a longo prazo. Aparentemente. Pois logo a seguir – no mesmo documento - afirmava não ser “indispensável, em algumas áreas, a criação de organizações (ligas camponesas, comitês da ANL e sindicatos de assalariados agrícolas)”. “Os camaradas devem compreender, salientava a direção do PCB, que é chegado o momento de romper com a tendência de organizar os camponeses para esperar a revolução e desde já iniciar a luta em toda parte onde elas forem possíveis, sem receio nenhum de ir às lutas armadas e guerrilhas”. Essa ambiguidade aparecia de forma mais acentuada num documento anterior do mês de maio. Nele lemos que a “primeira tarefa” do partido era

[...] ir aos campos desde já, organizar amplos organismos de camponeses, ligas, comitês, sindicatos de assalariados agrícolas, organizar e desencadear as lutas dos camponeses e dentro desses organismos de massa e através dessas lutas ir, desde já, formando o Partido com comunistas que aprendam a trabalhar na organização das massas e que se salientem na direção das lutas (VIANNA, 1995, p. 76-77).

Mas os comunistas brasileiros tinham plena consciência das dificuldades de tal empreendimento. E a IC também estava bem inteirada a esse respeito. Harry Berger, um observador da IC, reconhecia que “nas cidades, podemos dizer que estamos mais ou menos bem representados. Fraco é, porém, o trabalho no campo. Este é o decisivo ponto fraco de todo nosso trabalho. Todo o resto vai relativamente bem, em parte até muito bem” (apud VIANNA, 1995, p. 431). Contudo, tal como os pecebistas, os homens da IC também formulavam análises e diretrizes muito ambíguas, onde elementos da linha “classe contra classe” coexistiam com elementos da linha de “frente popular”. Berger estava convicto, por exemplo, que “os camponeses, na sua luta contra o feudalismo vão organizar ligas camponesas, comitês camponeses e destacamentos de guerrilheiros que serão outro apoio do governo popular nacional revolucionário” (VIANNA, 1995, 427).

Ao decretar a ilegalidade da ANL em julho de 1935, o governo Vargas contribuiria para a saída dos “aliancistas” que ainda acreditavam na via institucional. Consequentemente, os comunistas se viam fortalecidos. Mais do que nunca, a via insurrecional ganhava força e triunfava sobre a ideia de “frente popular” (DEL ROIO, 2002, p. 58-59). Outro fator que concorreu para isso foi a grande leva de jovens militares que se filiaram ao PCB. Tal evento fez com que se amadurecesse a ideia de que a ANL estava perto de conquistar o apoio da maioria do Exército. O que só aumentaria a crença de que já havia condições para o desencadeamento de uma insurreição popular. E certos disso, os comunistas iniciariam a insurreição em Natal (RN), no dia 23 de novembro, e em Recife (PE), no dia 25 seguinte. As consequências e repercussões já são por demais conhecidas. Em pouco tempo os comunistas (incluindo o BSA/IC) e sua exígua base de apoio foram desmantelados. Contando com valiosa colaboração da Gestapo, a polícia conseguiria em menos de seis meses efetuar a detenção de praticamente todo o escalão dirigente do PCB e do BSA/IC (DEL ROIO, 2003, p. 114).

Ainda em 1935, os poucos membros que ainda conseguiriam fugir ao cerco policial procuravam elucidar os fatores responsáveis pelo fracasso da Intentona de novembro. Para a direção do Partido o principal fator residia no campo, onde “o trabalho camponês nosso ainda é muito débil, pouco organizado mesmo nos lugares onde temos mais forças e onde se fez mais agitação. Temos que ir aos campos, desde já organizar as lutas dos camponeses e passar das palavras e ações mais concretas no trabalho revolucionário nos campos”. Nesse diagnóstico, a linha insurrecional adotada pelo Partido não era objeto de qualquer correção. Ao contrário, propunham-se justamente medidas que garantissem sua efetiva

implementação como a “eleição” de zonas camponesas para que os comunistas pudessem concentrar seus esforços no trabalho de arregimentação de camponeses (VIANNA, 1995, p. 179-180). Medida que por sinal se inspirava abertamente no exemplo chinês de criação de soviets de base camponesa.

Logo após a prisão de Prestes em março de 1936, a direção do PCB foi transferida para o Nordeste. Em abril a palavra de ordem “Todo o poder à ANL” era retirada. Aparentemente, a linha insurrecional era sepultada. Aparentemente, uma vez mais. O novo Comitê Central afirmaria que o Levante de novembro tinha sido na verdade um grande sucesso. Num tom abertamente triunfalista o Secretariado Nacional afiançava que a popularidade do movimento de Novembro e da ANL, assim como a “autoridade” do PCB “crescia enormemente” (PRESTES, 2001, p. 20). A ferocidade com que o Governo reprimia tanto o movimento como o Partido não passaria de um pequeno contratempo, nada que pudesse fenecer a convicção no seio das “massas” de que a ANL e a linha por ela adotada eram o caminho a seguir para a libertação do país. O “testemunho” de janeiro de 1936 de João Lopes, o “Santa”, a respeito do que tinha se passado no Rio Grande do Norte é, no mínimo, revelador. Assim nos contava Santa:

O que vi em toda parte é muita satisfação do povo sobre esta arrancada da ANL; nas cadeias todos animados e satisfeitos. Vi grande quantidade de jovens na cadeia alegres, dando vivas à ANL, a Prestes e ao PC (...) os camponeses lutando com armas na mão e lenço vermelho no pescoço e fita vermelha no chapéu; as casas dos camponeses enfeitadas de bandeiras vermelhas de papel nas portas (VIANNA, 1995, p. 220-221).

A “Questão Camponesa” continuava tendo um papel estratégico na revolução que parecia estar a caminho. Nesse sentido, além da constituição de guerrilhas, os comunistas ainda destacavam a importância de se criarem Ligas Camponesas para “pequenos sitiantes e” camponeses” (“pequenos, médios e ricos”). Tal tema foi enfaticamente apresentado no órgão clandestino *O Lutador*, da também clandestina ANL. No número do dia 12 de dezembro de 1936, no editorial intitulado “Importância da questão agrária”, o articulista frisava que eram dois os aspectos mais importantes da questão agrária naquele momento:

*1ª necessidade de incorporar as grandes massas rurais no movimento aliancista, sem o qual, tal movimento não seria plenamente nacional nem vitorioso; 2ª a vitória da emancipação nacional abrirá amplamente, colocando-a no primeiro plano da vida pública brasileira, as condições mais prováveis da revolução agrária. Mais ainda: a emancipação nacional não consolidará sem o desencadeamento das lutas da revolução agrária. [...] Eis aí por que desde já os nacional-libertadores não são neutros nem*

*indiferentes a questão agrária; eles organizam os camponeses, apoiam suas reivindicações [...] (O Lutador, 12/12/1936, p. 1).*

Mais adiante, em outro texto do mesmo número, o articulista detalhava as dificuldades envolvidas no trabalho de criação de entidades organizativas no meio rural. Ele apontava dificuldades de ordem histórica, mas não desanimava: “É verdade que a massa camponesa brasileira não tem tradições de organização, mas, isso não indica, entretanto, que ela não se possa organizar. Desde que as massas camponesas tenham vontade de luta, o problema de organização, é praticamente simples”. E tal vontade se fazia presente para o autor: “nos últimos anos não existiu tanto como agora, um tão pronunciado espírito combativo dos camponeses”. O que ainda precisa acontecer era a efetiva mobilização e organização dos “camponeses”:

*Os meios mais diversos podem ser utilizados com proveito de organização. Uma demonstração (para um requerimento na Prefeitura local ou para qualquer outro motivo) já é um embrião de organização. Reuniões, assembléas frequentes de camponeses de uma zona dada para discutir determinado ponto, constitui uma formula importante de organização: faz o contato dos camponeses entre si, surgem as que se destacam pelo seu animo combativo, cria-se um sentimento de solidariedade (O Lutador, 12/12/1936, p. 4).*

O articulista chamava a atenção para a necessidade dos quadros comunistas atuarem de maneira bem pragmática na atuação juntos aos “camponeses”, evitando impor qualquer princípio ou prática considerada estranha por estes. Por isso, as campanhas de arregimentação junto a esses agentes precisavam ser bastante flexíveis. A mesma flexibilidade deveria ser observada quanto às organizações permanentes. Isso valia até para o nome da entidade:

*Esta organização corresponde ao que se chama “Liga Camponesa” (também não tem importância o nome e sim o conteúdo). Não se deve impor nomes. Num município pode ser “União de Camponeses” em outro “Associação de Lavradores”, num terceiro “Junta de Colonos”, etc, é indiferente o nome: tratar-se-á por seu conteúdo, de uma “Liga de Camponeses” ou seja “Associação Permanente dos Camponeses” para defesa de todos os interesses (O Lutador, 12/12/1936, p. 4).*

Diferente dos anos imediatamente anteriores, as Ligas não eram vista apenas como um simples instrumento voltado para facilitar o levantamento de guerrilhas. Mesmo que ainda enfatizassem, ainda numa perspectiva insurrecional, “a necessidade da derrubada de Getúlio, Sales e seus comparsas”, os comunistas voltavam a se preocupar com a questão da “defesa dos direitos” dos trabalhadores do campo. Mais do que viabilizar o armamento puro

e simples dos camponeses, as Ligas Camponesas deveriam possuir “programas concretos de luta contra os altos impostos, as taxas sobre o produto, as altas tarifas e fretes das estradas de ferro, contra os intermediários que lhes pagam uma miséria pelo produto, contra os latifundiários que lhes roubam as terras” (*A Classe Operária*, julho de 1936, p. 04). Retomava-se desse modo a antiga pauta de questões e reivindicações supostamente “camponesas” - ensaiada nos debates internos do Partido na segunda metade da década de 20 e que estava bem mais próxima da realidade do campo e dos “camponeses” – que tinha sido obscurecida pelo voluntarismo imprimido pelo grupo dirigente que substituíra aquele encabeçado por Astrojildo Pereira. Aliás, as linhas gerais de tal pauta marcariam presença em vários movimentos de trabalhadores rurais pelas décadas seguintes.

No editorial de 1936 publicado n’*O Lutador*, o articulista frisou:

*A missão das Ligas é de organizar as gestões e ações de camponeses a favor de suas reivindicações quer frente aos fazendeiros como as autoridades governamentais; defender os camponeses contra todo o abuso (expulsões, etc.); impulsionar a educação societária; divulgar e explicar o lema: “Terra a quem trabalha”, etc. Quando essas organizações camponesas são mais ou menos numerosas, tornar-se-á indispensável a edição de um período. Seus meios de luta e mobilização são os mais diversos e variados: requerimentos, demonstrações, assembleas, marchas, greves, guerrilhas etc. (O Lutador, 12/12/1936, p. 4).*

### Considerações finais

A partir de 1937, o Secretariado Nacional começaria a cogitar uma aproximação com Vargas. Em março desse ano, os principais dirigentes do PCB lançariam um documento intitulado “Ganhemos as municipalidades para a democracia!”. A fim de combater o “sectarismo” e o “esquerdismo”, criticariam as tentativas anteriormente empreendidas de desencadear lutas guerrilheiras. A linha insurrecional dava lugar à “luta por objetivos que pudessem ser resolvidos nos marcos da ‘democracia burguesa’ e não pelos soviets”. O voluntarismo expresso nas ações armadas dava lugar a um discurso que enfatizava a necessidade de “reeducação dos seus quadros no sentido do trabalho legal de massas e na preparação do povo para a luta pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo” (PRESTES, 2001, p. 26 e 28). Outro aspecto importante dessa nova orientação é que o Partido deixava a “Questão Camponesa” em segundo plano e passava a considerar a burguesia industrial como a principal força motriz da revolução brasileira. A luta que seria defendida nesse momento era a da industrialização. E essa visão vigoraria até 1945.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Otavio. **Otávio Brandão (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.
- CARONE, Edgar. **O P.C.B. (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1977**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. *In: História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. v. 5.
- DEL ROIO, Marcos. “Os impactos da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. *In: MORAES, João Quartim de.; REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil: O impacto das revoluções*. Campinas, SP: Unicamp, 2003. v. 1.
- DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SANTOS, Raimundo. (org.). **Questão agrária e política: autores pecebistas**. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- VIANNA, Marly (org.) **Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.
- WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### Como referenciar este artigo

SANTOS, L. S. As Ligas Camponesas do PCB: a trajetória de um debate (1926-1945). **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, e021023, jan./dez. 2021. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15874>

**Submetido em:** 21/09/2021

**Revisões requeridas:** 20/10/2021

**Aprovado em:** 23/11/2021

**Publicado em:** 29/12/2021